
A EDUCAÇÃO DO HOMEM SEGUNDO A “ÉTICA DA MOBILIZAÇÃO PLANETÁRIA” DOS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

The Education of Man According to the Ethics of Calls Planet of the Moviments and Social Organizations Contemporany

Antonio Sá da Silva*

RESUMO: Neste trabalho, propomos uma reflexão interdisciplinar sobre a identidade planetária do homem. Identificamos três responsabilidades específicas (a Polis, a Pessoa e a Natureza) com vista a conceber os princípios formadores do novo tipo de identidade do homem e valorizamos os movimentos e organizações sociais, na construção de um novo ethos mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Homem Planetário; Polis; Pessoa; Natureza; Educação.

ABSTRACT: In this work, we suggest an interdisciplinary reflexion on the planetary identity of man. We identify three specific responsibilities (the Polis, the Person and the Nature) having in view to delineate the formation principles of the new identity of man and we also value the social movements and organizations in the construction of the new world ethos.

KEY-WORDS: Planetary man; Polis; Person; Nature; Education.

INTRODUÇÃO

O objetivo desta breve – e também atrevida de uma certa forma! – intervenção não é apresentar um projeto pedagógico e/ou antropológico para substituir aqueles que indiscutivelmente respondem com muito mais maturidade e conhecimento de causa às questões aqui suscitadas. Contentar-nos-emos – partindo de uma leitura da chamada «ética da mobilização planetária» – em apontar alguns princípios pedagógicos que se pensa estarem emergindo dessa nova concepção de moralidade, e nesse mesmo diapasão, esperar que os mesmos possam contribuir na reflexão e na construção de novos projetos pedagógicos, de seus currículos e de tudo mais que se ponha à formação do novo homem planetário de que estaremos falando.

1 OS MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO *ETHOS* MUNDIAL

Antes mesmo de tocarmos o núcleo duro deste trabalho, qual seja, os princípios formadores de uma consciência planetária, um desafio se nos impõe de imediato: a qual propósito serve essa aqui denominada «ética da mobilização planetária» empreendida pelos cada vez mais ousados movimentos e organizações sociais de nosso tempo?

* Mestre e Doutorando em Ciências Jurídico-Filosóficas pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/Portugal. Professor Licenciado da Faculdade de Direito Conselheiro Lafaiete/Brasil. Pesquisador-Bolseiro do Programa de Doutorado da Universidade de Coimbra/Portugal. Contato: antonios@fd.uc.pt.

De fato, não é desprovida de sentido a denúncia que há muito tempo vem sendo formulada por alguns filósofos da mundialidade como Küng, Lacroix, Boff, Changeux, Nussbaum, e que por certo foi bem vista por Lima Vaz: não há nada mais paradoxal que a nossa civilização quando a mesma é “tão prodigiosamente avançada na sua técnica e tão dramaticamente indigente na sua razão ética” (1997, p. 150) É para fazer frente ao resgate dos referenciais éticos do nosso agir – mas de uma ética que agora se reclama numa dimensão planetária – que se tem insistido tanto em um consenso mesmo que mínimo entre todos os povos da terra,¹ cuja efetividade não comporta outra alternativa que não seja uma grande mobilização planetária (LACROIX, p. 43 e segs) e cuja pauta os movimentos e organizações sociais contemporâneos tem tentado implementar.

Penso que a brevidade destas considerações me exime de discutir aqui a terminologia da Ética ou do *ethos*, com o esclarecimento imediato de que este é empregado aqui no sentido filosófico de sua matriz grega, isto é, de um conjunto de *costumes* que um povo consagra pela sua repetição e pela consciência de serem necessários ao bem da comunidade; igualmente penso ser dispensável fazer qualquer consideração acerca da história e do processo emancipatório desses movimentos e organizações, mormente porque outros já o fizeram sem reparo, a exemplo Gohn, Laraña e Collado, este último especialmente debruçado sobre os efeitos dessa mobilização no processo formador de uma rede de solidariedade internacional. O que nos importa dizer imediato e primeiramente aqui é que tendo superado a desconfiança – e até mesmo a hostilidade – com a qual foram estudados no curso da história, esses movimentos gozam hoje de um prestígio literário nunca visto, o que pode ser verificado em todos os segmentos da comunidade científica, inclusive aqui onde são investigados sob o ponto de vista da ética.² Em segundo lugar, devemos pontuar que analisados nessa perspectiva da ética planetária esses movimentos e organizações têm se afirmado na assunção de três responsabilidades específicas: com a *Polis* – a preocupação dos antigos –, cuja pauta traz a pretensão de renovar a *praxis* política atual, normalmente relegada a um corpo técnico que, por estar mais a serviço de vontades políticas muito reduzidas, não raramente acaba reproduzindo a arbitrariedade e o desvio da função pública para atender aos interesses particulares³; com a *Pessoa* – a preocupação da modernidade

¹ Importa ter presente que se trata muito mais de um projeto institucionalmente assumido que propriamente de uma utopia, o que aliás se pode ver do Direito Internacional moderno, não obstante os surtos de unilateralidade de algumas decisões desse direito implicados pela «doutrina Busch» dos últimos anos, por exemplo. De fato, seja nas lições de Truyol Y Serra de que essa preocupação se remonta à experiência dos antigos povos orientais, seja no exemplo que nos põe Sabine da oração de Alexandre em *Opis* pela união entre persas e macedônios, o projeto de uma fraternidade universal acompanha a humanidade em toda sua história. Para um contato inicial com essas preocupações, cf. António Truyol Y Serra, *Genèse et fondements spirituels de l'idée d'une communauté universelle: de la «civitas maxima» stoïcienne à la «civitas gentium» moderne*, (RFDUL, 1958, p. 119-176; SABINE, 1964, p. 30-320; UGLIONE, 1985).

² Dizemos que esta análise é na perspectiva da ética porque diferentemente do que se vê de outros discursos como o da Sociologia, da Política, da História etc., o que particularmente importa aqui acerca da fenomenologia da mobilização planetária é saber qual a contribuição que a mesma pode dar para o resgate do agir humano eticamente fundado. Desta forma, tão importante quanto conhecer a pauta dessa mobilização é saber os fundamentos ou os motivos que servem de impulso para seus atores, visto que uma ação planetária somente poderá ser considerada legítima se revestida de um sentido ético que em última instância será a defesa intransigente da dignidade da pessoa humana, ainda no sentido kantiano de que “o homem haverá de ser sempre fim e nunca meio”.

³ Essa preocupação se define em duas frentes de trabalho onde a primeira insiste em resgatar o verdadeiro sentido da função pública que PLATÃO e outros filósofos antigos souberam definir – “um serviço que se presta à comunidade” –, e com isto combater os desvios atuais dessa função, a exemplo da Transparency International, aquela organização internacional que analisa e divulga o problema da corrupção no mundo; a segunda tem em vista assumir o planejamento democrático da cidade no sentido de ali obter uma melhor qualidade de vida, a exemplo dos orçamentos participativos no Brasil e que tem chamado a atenção do mundo. Para uma breve passagem por estas questões.

revista pelo pensamento social -, definida pelo trabalho contra a exclusão social e contra a ameaça aos direitos de proteção e promoção humanas que vem sendo gravemente afetadas pela globalização econômica dos últimos tempos; com a *Natureza* – a preocupação de nossa época motivada pela irracionalidade técnica da nossa civilização! -, em vista de alternativas eficientes contra a ameaça real, cada vez mais crescente, à sobrevivência humana na terra e da qual a trama do filme *Matrix* – a luta da cria contra o criador, a peleja do homem com a tirania da máquina... – pode ser um triste prenúncio.

2 UM DISCURSO – DE UMA PRÁTICA! – SOBRE OS PRINCÍPIOS FORMADORES DE UM NOVO TIPO DE HOMEM: O HOMEM PLANETÁRIO

Com efeito, o novo homem que está sendo gerado não se confunde com o *homem dos clássicos* – o homem substância da polis, que sendo fruto de uma excelência moral (mas também física), seu valor se media exclusivamente pela sua dedicação ao bem-estar da Cidade (o homem como «animal político» na expressa afirmação de Aristóteles e de Cícero) -, nem com o *homem medieval* – o homem devoto na fé, cujo prestígio estava na dedicação aos ideais do catolicismo -, nem com o *homem liberal-iluminista* – o homem individualista, cuja expressão básica era o domínio da razão e da técnica -, nem com o *homem socialista* – o homem economicamente planejado e espiritualmente despojado -, muito menos com o *homem neoliberal* – o homem desenraizado, seja econômico, seja político e culturalmente, à moda da então denominada globalização econômica e que me parece ser aquele que alguém já chamou de «o homem-rizoma»: o homem sem raízes e sem caule.

Reclama-se e persegue-se, portanto, um outro paradigma para a educação em geral, qual seja, aquela que sem renunciar às conquistas do “homem-pessoa” – as conquistas de “ser pessoa e respeitar o outro como pessoa” como Hegel no começo do séc. XIX iria nos dizer e que Castanheira Neves hoje designa por assimilação simultânea dos conceitos de liberdade e de responsabilidade (2002), sem abrir mão do valor da individualidade e do seu *ethos* local, permita ao homem de hoje se reconhecer como membro – efetivo! – de uma comunidade universal dos povos. Em outras palavras, dir-se-á que se trata da educação para a solidariedade, fiel aos propósitos humanitários das Nações Unidas (UNESCO/MEC, 2003, p. 195-210), na prática já assumida pelos movimentos e organizações sociais de que estamos a falar.

Assim é que tendo delineado os propósitos e os instrumentos dessa nova concepção de educação, importa cingir tudo o que foi dito até aqui com alguns princípios pedagógicos que se haverá de reconhecer, seja na orientação dos projetos de educação que queiram se comprometer com esta causa, seja em nosso procedimento de educadores que diariamente lidamos com o aluno e com a comunidade que legitima a nossa função. E a falar do primeiro sem o qual nenhum projeto novo terá sentido: o *princípio da conversão humana*, ao modo socrático de desconfiar das nossas convicções pessoais, o que Nussbaum tão bem está sabendo compreender. É que ele constitui o elemento chave de qualquer mudança, já que muitas das vezes o intelecto humano elabora grandes projetos que nunca são aplicados por um simples motivo: exigem que mudemos certas crenças e renunciemos a alguns interesses/vaidades pessoais, tarefa essa que nem sempre estamos dispostos a assumir, seja porque acreditamos poder/dever converter o mundo nas nossas próprias crenças, seja porque estejamos tragados por aquele niilismo ético do «homem sem qualidades” de que nos dá notícias Robert Musil (2001).

O segundo aqui denominado princípio da *democratização do conhecimento* deve ser compreendido na plenitude de sua extensão e na honestidade de seu sentido, já que não somente se faz importante tornar acessível o conhecimento de qualidade a todas as pessoas, mas que o mesmo esteja realmente comprometido com a compreensão do homem e de seus problemas, medida sem a qual tal conhecimento não será nada mais que instrumento de dominação técnica e ideológica. O terceiro e igualmente importante é o *princípio do engajamento no cultivo da humanidade*, a saber já mesmo intuído pelos estóicos – o exemplo particular de Sêneca: «enquanto vivemos, enquanto estamos entre os seres humanos, cultivamos nossa humanidade» (p.28 e seg) - e que atualmente (e mais uma vez) Nussbaum tem sabido interpretar: a educação atual deve repensar velhos (pré) conceitos como raça, família, nação, fronteiras..., tudo no sentido de formar uma consciência de irmandade entre os povos, esta que é condição *sine qua non* para a celebração do banquete da paz no mundo.

Mas isto ainda não é tudo..., já que importa considerar o último que é o *princípio da complexidade ou da interdisciplinaridade*, voltado agora sobretudo àquilo que Edgar Morin claramente nos diz em *Os sete saberes necessários à educação do futuro*: na dimensão planetária atual é necessário pensar a complexidade da vida – já que o humano é um ser complexo –, resolvendo assim o problema da fragmentação do conhecimento e ensinando as incertezas que o presente nos traz, fazendo com que se constitua uma verdadeira identidade planetária. Disto decorre, primeiramente, que todas disciplinas de um curso específico devem dialogar entre si e com outras de cursos diferentes – a exemplo do diálogo do Direito com a Literatura, com a História, com a Religião, com a Ecologia, com a Psicanálise, com a Antropologia etc. -, tudo para imaginar as soluções que cada uma delas daria um determinado caso; depois, que todos os currículos e programas de curso devem contemplar as responsabilidades éticas abraçadas pelos movimentos e organizações sociais contemporâneos – a preocupação com a *Polis*, com a *Pessoa* e com a *Natureza* -, de modo que as mesmas não sejam apenas uma preocupação isolada dos professores que ministram as disciplinas especificamente voltadas para esse conteúdo; e por último decorre que qualquer disciplina deve adotar uma postura antidogmática – uma crítica constante das verdades que o educador já tem à sua disposição – e histórico-comparativa – a observação de como em diversas épocas e contextos distintos, soluções distintas foram dadas no sentido de melhor responder aos desafios ali propostos.

CONCLUSÃO

Com isto se pensa ter traçado algumas linhas que no intróito já se esperava serem apenas um contributo a uma reflexão tão atual como importante. Não se pode deixar de esclarecer que o debate destas idéias é o melhor que delas posso esperar, pois mais que nunca a humanidade precisa pôr à mesa hoje todas as suas esperanças e aflições se quiser mesmo garantir a própria sobrevivência. Sobre a validade de uma discussão de um projeto assim tão utópico frente à sua difícil mas possível concretização, chamamos ao nosso socorro ninguém menos que Platão, que para afastar qualquer desprezo pela utopia de seu projeto pedagógico, muito bem disse que nada importava se sua Cidade existia/ tinha existido/existiria em algum lugar, bastando que fosse pelas suas normas, e pelas de mais nenhuma outra!, que o filósofo/educador orientasse seu comportamento. Mais resta lembrar que Paulo Freire, 2.500 anos depois, viria imortalizar a lição – e também o apelo! – de que para isto tudo «não há caminhos, pois que os mesmos são feitos ao caminhar».